



Governo Bolsonaro quer redução de 25% no salário dos servidores



Depois de provocar um grande caos econômico devido ao corte drástico de investimentos em políticas públicas, o governo Jair Bolsonaro está defendendo o corte nos salários de todos os servidores públicos federais. A equipe econômica do governo quer a aprovação, em regime de urgência, da PEC Emergencial (186/19), pelo Senado. A proposta prevê a redução temporária em 25% da jornada e salário de servidores em períodos de crise financeira, entre outros gatilhos.

A PEC não detalha o que seria um momento de crise financeira e não estipula um prazo para o fim de sua vigência. Ou seja, os salários poderão ficar reduzidos a partir do momento e pelo tempo que o governo desejar.

A redução dos salários não alcança apenas os servidores da União, mas também os servidores dos estados e municípios, caso as suas despesas excedam 95% das receitas. A PEC prevê ainda o congelamento de concursos, promovendo um corte ainda maior de investimentos no serviço público. Caso seja aprovada, a PEC-186 pode significar, para os servidores públicos da União, perda da metade do poder de compra até 2026.

Importante lembrarmos que a grande maioria dos servidores federais está há quatro anos com os salários congelados e o governo estendeu, junto com o Congresso, o congelamento pelos próximos 18 meses, ou seja, até dezembro de 2021. Como resultado apenas do congelamento desses anos, em 2022, os servidores terão perdido 40% do seu poder aquisitivo.

Matéria completa no site da Condsef

Defensoria Pública da União pede adiamento do 2º dia de provas do ENEM

ABSTENÇÃO DE 51,5% DOS CANDIDATOS E FALTA DE SALAS DE AULA

FAZEM DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
pedir adiamento do 2º dia de provas do ENEM



FONASEFE
Fórum dos Estudantes Federais dos servidores Públicos Federais



O ENEM 2020 fracassou. Mais da metade (51,5%) dos alunos inscritos não compareceram ao primeiro dia de provas no último domingo (17/01). E mesmo com esse índice baixo de comparecimento, relatos dão conta de que o INEP, autarquia ligada ao Ministério da Educação que organiza a prova, não garantiu o número de salas de aula necessárias para todos os candidatos inscritos. Muitos foram mandados para casa e ficaram sem fazer o exame. O Ministro da Educação Milton Ribeiro afirmou na imprensa que o ENEM “foi um sucesso”, mas é evidente pelos números que ocorreu o contrário. Foi uma prova injusta, que colocou os estudantes num dilema sobre ir realizá-la correndo o risco de contrair a COVID-19 ou perder a possibilidade de ingresso na universidade. O ENEM movimentou 2.680.697 estudantes em transportes públicos e mais algumas centenas de milhares de funcionários contratados para a sua aplicação durante a pandemia, o que com certeza vai aumentar os casos de COVID-19 no Brasil. Em vista desses fatos, a Defensoria Pública da União (DPU) fez pedido à Justiça Federal para que o segundo dia de provas seja adiado e que a prova seja remarcada para quem não pôde comparecer ao primeiro dia.

Via: [@fonasef1](https://twitter.com/fonasef1) #adiaenem #adiainep #adiamec #vacinaparatodos #vacinagratis #ForaBolsonaro